



PORTARIA CONJUNTA SECRETARIA MUNICIPAL DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL – SMCTDES E SECRETARIA MUNICIPAL DA RECEITA – SMR, Nº 01/2011, DE 11 DE JULHO DE 2011.

DESIGNA, NOS TERMOS DO ARTIGO 67, DA LEI 8.666/93¹, SERVIDORES PARA REPRESENTAR A ADMINISTRAÇÃO NA EXECUÇÃO DOS CONTRATOS 0708/SMR/2010 E 0352/SMR/2008.

O **SECRETÁRIO MUNICIPAL DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL E O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA RECEITA**, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo art 23, II, “d” da Lei Orgânica do Município de Florianópolis, art. 1º, incisos I e XV, da Lei Complementar nº 217, de 15 de fevereiro de 2006, no Decreto Municipal nº 4.205, de 08 de junho de 2006, na Lei Municipal nº 374, de 08 de janeiro de 2010 e no Decreto 8.128 de 04 de maio de 2010 e art. 67, da Lei 8.666/93.

RESOLVEM:

Art. 1º Designar o servidor **JOÃO ALEXANDRE PIASINI SILVERIO**, matrícula nº 21926-6 , para exercer as atribuições de representante da Administração em relação ao desenvolvimento e implantação das etapas 2 e 3, do Sistema de Rastreabilidade, nos termos do Contrato nº 0708/SMR/2010.

Art. 2º Designar a servidora **SANTINA MEURER**, matrícula nº 05794-0 , para exercer as atribuições de representante da Administração em relação ao desenvolvimento e implantação das etapas 1 e 3, do Sistema de Rastreabilidade, nos termos do Contrato nº 0708/SMR/2010.

Art. 3º Designar o servidor **LUCIANO DE SOUZA CAMPOS**, matrícula nº 20728-4, para exercer as atribuições de representante da Administração em relação ao desenvolvimento e implantação do Sistema Tributário Municipal (STM), nos termos do Contrato nº 0352/SMR/2008.

¹ Art. 67. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração especialmente designado, permitida a contratação de terceiros para assisti-lo e subsidiá-lo de informações pertinentes a essa atribuição.



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Florianópolis

Art. 4º Devem os referidos servidores, no exercício das atribuições que lhes são conferidas pela presente Portaria, efetuar o acompanhamento e fiscalização da correta execução dos objetos dos respectivos contratos, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução dos referidos contratos, determinando o que se fizer necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

Art. 5º As decisões e providências que ultrapassarem a competência dos representantes da Administração serão solicitadas a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

Art. 6º Compete aos representantes da Administração ora designados o relacionamento com o(s) preposto(s) da(s) contratada(s) e proceder, nos termos do artigo 73, I, "a", da Lei 8.666/93, a verificação e aceite dos serviços entregues pela(s) contratada(s).

Art. 7º Caso necessário, os representantes poderão requisitar apoio técnico especializado quando necessário para cumprimento de suas atribuições.

Art. 8º Esta Portaria convalida as tratativas formais e os documentos emitidos pelas partes, no mesmo sentido, e tem seus efeitos reconhecidos à assinatura dos Contratos.

Florianópolis, 11 de julho de 2011.

CARLOS ROBERTO DE ROLT
SECRETARIO MUNICIPAL DE CIÊNCIA
TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO SUSTENTÁVEL

SANDRO RICARDO FERNANDES
SECRETÁRIO MUNICIPAL DA RECEITA